



+

D

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- Mandato 2017-2021 -----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE 2019 E TERMINADA A SEIS DE MAIO DE 2019-----

----- **ACTA NÚMERO TREZE** -----

---Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, reuniram no Salão Nobre da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente Primeira e Segunda Secretárias, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

2. **Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais.**
3. **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas:**
 - Relatório de atividades;
 - Relatório de gestão;
 - Conta de gerência.
4. **Autorização de celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa (deliberação n.º 941/2019 da Junta de Freguesia).**
5. **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da recolha de resíduos urbanos (deliberação n.º 942/2019 da Junta de Freguesia).**
6. **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de vários programas municipais (deliberação n.º 943/2019 da Junta de Freguesia).**
7. **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da manutenção de áreas verdes e expectantes da Freguesia (deliberação n.º 973/2019 da Junta de Freguesia).**
8. **Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento da Freguesia para 2019 (deliberação n.º 993/2019 da Junta de Freguesia).**

A
D



9. Autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Casa do Concelho de Castro de Aire (deliberação n.º 862/2019 da Junta de Freguesia).
10. Autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Cooperativa Nacional de Apoio aos Deficientes (deliberação n.º 865/2019 da Junta de Freguesia).
11. Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras (deliberação n.º 929/2019 da Junta de Freguesia).
12. Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Centro Desportivo Universitário de Lisboa (deliberação n.º 931/2019 da Junta de Freguesia).
13. Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Ferroviário de Portugal (deliberação n.º 932/2019 da Junta de Freguesia).
14. Aceitação de 25 quadros doados pelo artista Rui Francisco Lima de Matos (deliberação n.º 952/2019 da Junta de Freguesia).
15. Aceitação de equipamento médico doado por Mesotónico, Lda. (deliberação n.º 953/2019 da Junta de Freguesia).

---Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

---DO PARTIDO SOCIALISTA (PS) – Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP) – António Augusto Pereira e Rogério Borge Pereira Mota. -----

---DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD) – Luís André Fernandes Castro. -----

---DO BLOCO DE ESQUERDA (BE) – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR (CDS-PP) – Pedro Pinto Monteiro. -----

---DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI) – António Manuel Alves -----



✍
DP

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes eleitos: -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Miguel Duarte Sousa Almeida**.-----

---**Maria Amélia Alves Cabaço (PSD)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituída por **Isabel Maria Ferreira Almeida**.-----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a "lista de presenças": -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Morais Ventura Cintra**, **Susana Maria da Costa Guimarães**, **Joaquim Cerqueira Brito**, **Maria Cristina Rodrigues Abreu**, **João Carlos Lourenço dos Santos** e **José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Presidente da Junta, ao Executivo da Junta e aos membros das diversas bancadas, agradecendo de seguida a presença do público dando também a informação ao plenário dos pedidos de substituição que foram solicitados. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** retomou a Assembleia de dia 29 de Abril, passando à discussão da Informação Escrita do Presidente da Junta, dando a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes disse que, pela informação que lhe foi dada a conhecer, mais uma vez Marvila foi prejudicada pelos políticos que veem a freguesia com olhos diferentes. Explicando que na última assembleia ficou muito satisfeito com a informação do Sr. Presidente da Junta de que em setembro próximo teríamos uma nova escola a funcionar no espaço da EB1 Prof. Agostinho da Silva para poder dar resposta às crianças de Marvila e a poder satisfazer as dificuldades existentes a este nível dizendo ter já afirmado anteriormente que esta escola deveria ter condições a três níveis: um grande centro de recursos, uma grande cantina e um grande espaço polidesportivo que pudessem dar resposta às necessidades da comunidade, tanto a população escolar como toda a população marvilense, dizendo que afinal, a informação que recebeu no momento, confirma que o que está na escola em termos desportivos, no imenso espaço que lá existe irá ter o que considerou "uma caixa de fósforos" para que as crianças possam fazer uma prática desportiva num recinto coberto com uma dimensão mínima no vasto espaço existente. Que permitia um melhor aproveitamento e usufruto dizendo ainda que este não seja mais um projeto falhado. Deixou então duas sugestões ao Executivo: uma é que no início do próximo ano lectivo possa ser feito um Fórum da Educação em Marvila bem como salientou que em relação ao Conselho Educativo não entende o porquê da assembleia não ter acesso à informação das reuniões do mesmo e até de participar no mesmo podendo dar os seus contributos, assim como, na sua opinião, a perda da existência da Comissão de Educação da Assembleia, foi também uma triste perda. Disse que a outra sugestão se prende com o facto de positivamente ter em Marvila um Continente e uma Decatlon, o que engrandece a freguesia, mas o que não engrandece a freguesia é que ao lado do Continente exista um terreno completamente degradado que é o espaço da extinta escola Vitorino Nemésio salientando que se deve interpelar a Câmara Municipal de Lisboa para que limpe esse terreno pois não dignifica a freguesia o terreno estar no estado em que está. Falando de em 2020 ir existir um dos

A
28



maiores espaços de ensino privado no antigo espaço da extinta Universidade Independente – notícia do jornal Expresso – a United International School of Lisbon, salientando que este é um projeto de cerca de 50 milhões de euros. Disse não ter nada contra o facto de ali existir um espaço de ensino privado, mas a acontecer disse que, a seu ver, se deve controlar a possibilidade de emprego para os jovens de Marvila que possa ser concedido por esta instituição. Disse ainda que este projeto é controlado pelo grupo Martinhal que tem várias frentes de investimento salientando que a Junta de Freguesia deverá estar atenta a desenvolvimento deste empreendimento. Voltou a frisar que, em sua opinião, a Assembleia deverá dar maior atenção à questão da educação em Marvila.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao eleito do PSD, Sr. Luís Castro.-----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que, relativamente ao ponto em análise disse que gostaria que ficasse definido se os membros da Assembleia podem participar nas reuniões das várias comissões existentes na freguesia pois para umas são convidados e para outras não salientando que a sua bancada está disponível para participar das mesmas. Chamou também a atenção da Junta para a manutenção dos polidesportivos à responsabilidade da autarquia enumerando alguns a necessitar da referida manutenção bem como do animal encarcerado no polidesportivo dos capitães de Abril. Também ainda relativamente aos equipamentos desportivos chamou a atenção para a casa de banho do polidesportivo dos Lóios que dá acesso às bancadas está avariada e a necessitar de urgente reparação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, justificou resumidamente a sua ausência na apresentação do documento em discussão, no dia 29 de Abril, considerando que o Sr. Presidente entendeu a situação. Disse de seguida e citando uma frase (*O direito que têm à luz a todos os homens a quem a natureza deu olhos*) dizendo que o documento em discussão será sempre um documento de síntese atrás do qual se encontram problemas e pessoas, trabalhos, decisões e tudo o mais que faz parte da responsabilidade de um órgão autárquico. Disse, relativamente ao atendimento à população e às instituições locais, que a mera análise quantitativa indica uma preocupação de abertura que por constituir uma prática correta que deve ser aplaudida, acreditando que merecerá um comentário do Sr. Presidente sobre as conclusões deste procedimento nomeadamente sobre a informação recolhida e as posteriores ações desencadeadas. Relativamente ao Espaço Público e Estrutura Verde, falando da atualização da listagem das caldeiras vazias na freguesia disse que o seu número não será reduzido eventualmente por diversas razões, algumas árvores que morrem outras que não pegaram e não desenvolveram. Questionou se está previsto elaborar um processo de trabalho que resolva este problema e que poderão trazer evidentes vantagens na imagem da freguesia e da própria estrutura verde em si. Referindo-se à Ação Social, disse que a leitura dos números é causadora de algum sobressalto mesmo levando em conta a população da freguesia e mesmo que a percentagem fosse menor, na sua opinião, é obrigação do plenário olhar com muita atenção para a situação apresentada. Disse que os pedidos de apoio ao nível de habitação são significativos salientando que o referido assunto continua nas prioridades da Junta de freguesia acreditando que, para além do que aparece com o visível, outros esforços existem para estar ao lado dos que mais



A
2p

necessitam. Referindo-se à Oficina Domiciliária, disse ser um trabalho meritório da Junta de Freguesia mesmo pagando para que sejam feitas estas pequenas reparações. Sugeriu relativamente ao tema, que uma maior divulgação deste projeto ajudaria certamente a alargar o conhecimento do mesmo aos muitos que necessitam destes serviços. Relativamente à Higiene Urbana disse ter uma enorme preocupação na melhoria dos vários procedimentos ligados à higiene urbana e que estes se alinhassem com melhores resultado dizendo que numa outra reunião se deveria falar mais profundamente sobre este tema. Relativamente à Cultura, disse que, para além das atividades normais que enalteceu, também quis salientar que este pelouro teve e tem relação direta com dois grandes momentos: O aniversário do 25 de Abril do qual disse já ser possível fazer um balanço e o 60º Aniversário da Freguesia de Marvila que está ainda a decorrer. Disse que o trabalho apresentado é, do seu ponto de vista, bastante positivo salientando a grande adesão por parte dos marvilenses a estes eventos. Disse ainda que os outros assuntos apresentados na Informação Escrita são também de importante relevância. Congratulou-se pelo trabalho desenvolvido e desejou a melhor sorte no trabalho ainda a desenvolver.-

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse não ir referir os pontos positivos, dado o tempo escasso para o fazer salientando que são muitos, indo apenas alguns pontos que gostaria de falar Disse ter lido a Informação Escrita do Sr. Presidente com toda a atenção referindo que, relativamente aos Recursos Humanos, é sempre positivo os esforços que a Junta de Freguesia está a fazer para acabar como trabalho precário sendo um ato que se deve sempre salientar. Disse que relativamente ao Espaço Público salientou que foram resolvidos 91 ocorrências nos passeios, estradas e sinalização dizendo ser um bom trabalho mas lembrou que existem muitas outras situações que esperam também uma intervenção dos serviços enumerando algumas situações com necessidade de resolução tanto da parte da Junta como da parte da CML, tanto a nível de reparação, colocação de árvores ou a nível da limpeza. Relativamente à questão da Saúde, disse ser positivo o número de utentes que tiveram acesso a estes serviços mas gostaria que fossem encontradas formas de fazer reduzir a lista de espera para que mais utentes possam usufruir destes serviços de saúde.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr. D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, relativamente à Oficina Domiciliária, dizendo ter muito orgulho de ter apadrinhado este projeto, congratulou-se pelo trabalho realizado sugerindo acoplar a quem já trabalha na Oficina Domiciliária alguns estagiários dos cursos profissionalizantes que trazem a mais-valia de saber fazer fazendo alguma diferença em relação às metodologias e que poderiam ser bons auxiliares para estes trabalhos. Referindo-se ao Marvila Saúde, independentemente de todo o trabalho ser virado para os cuidados primários, sugeriu que fosse feito um levantamento de espaços públicos ou de espaços de utilização pelo público que tenha um desfibrilhador cardíaco externo considerando ser uma boa altura de poder começar a dotar a freguesia de alguns destes equipamentos que salvam vidas sugerindo também que com tantos eventos realizados poder também fazer alguns que tenham a ver com o suporte básico de vida considerando ser uma mais-valia para qualquer freguesia. Falando das caldeiras sem árvores considerou ser realmente necessário um levantamento das mesmas mas também fazer um plano de plantação de novas árvores tendo em conta os recursos hídricos dado que cada vez há menos água. -----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, saudou os presentes e questionou relativamente às árvores mortas espalhadas pedindo informação sobre o que pensa o Executivo fazer no que se refere ao tema em questão. Questionou também em relação à lavagem dos bairros que segundo a informação escrita foram lavados todos, chamou a atenção de que o bairro dos Lóios não consta da lista apresentada na Informação Escrita do Presidente questionando se o referido bairro usufruiu dessas lavagens. Relativamente à parte social referenciou uma camionete que está parada na Rua Engenheiro Ferreira Dias onde estão pessoas a habitar na referida carrinha, onde inclusive estão crianças, questionando se a situação se encontra sinalizada e o que pensa o Executivo fazer em relação a essa situação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para que pudesse esclarecer as dúvidas levantadas pelos membros da Assembleia.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, saudou os presentes e relativamente às questões colocadas pelo eleito do PCP, Sr. Rogério Mota disse acompanhar as preocupações apresentadas pelo eleito relativamente ao equipamento desportivo construído na obra da antiga escola Professor Agostinho da Silva, dizendo que, na sua opinião, a futura escola deveria ter um equipamento mais adequado para servir as necessidades reais da população e das crianças que frequentarão esse estabelecimento de ensino. Disse acompanhar também a preocupação da necessidade de um bom refeitório assim como a preocupação apresentada pelo Agrupamento deste estabelecimento também começar a contemplar alunos do 5º e 6º anos (2º ciclo) considerando isso muito importante dado que assim será possível aglutinar neste estabelecimento alunos da EB1 Manuel Teixeira Gomes que procuravam a resposta educativa nos Olivais e não na freguesia de Marvila. Respondendo à questão referente `participação nas Várias Comissões da freguesia e Grupos Comunitários, disse que é bom ver o que é o poder deliberativo e o poder executivo. Disse que o Executivo da Junta estará sempre disponível para fazer os congressos ou os fóruns de várias temáticas e criar-se na Assembleia de Freguesia as diversas comissões. Lembrou que os eleitores são convocados a votar de quatro em quatro anos e há uma força política que vence as eleições e esta força política desempenha o poder que nele foi delegado lembrou também que nestes conselhos da freguesia não estão representados forças políticas e sim parceiro, instituições da freguesia, sendo claro para o Executivo que as forças políticas não têm lugar nas referidas reuniões. Lembrou que existem membros da Assembleia de Freguesia que estão nestas reuniões porque representam instituições da freguesia, as coletividades e outras forças vivas de Marvila. Relativamente à importância de receber os privados, respondeu que o que a Junta de Freguesia tem estabelecido é efetivamente uma parceria que permite de forma quase gratuita de usufruir desses equipamentos. Relativamente ao campo de jogos capitães de Abril e do animal que lá estava, a situação do animal foi resolvida, da melhor forma possível. Relativamente às caldeiras vazias informou que o Engenheiro do Ambiente, Engenheiro Diogo Alfaro se irá incumbir de **realizar um plano de elaboração de todas as caldeiras vazias**. Informou ainda que a Junta tem dois problemas que se referem à gestão de relacionamento da manutenção e arvoredo com a Câmara Municipal de Lisboa cujo diálogo não tem sido fácil dado que o abate de qualquer árvore, mesmo as que notoriamente já não prevalecem não é



A
X

permitido aos serviços que o façam sem prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa. Salientou que também a escolha das espécies arbóreas não pode ser feita pela Junta e sim da CML. Disse que a competência é realmente da Junta de Freguesia mas com ela vêm também estas condicionantes que dificultam bastante a realização do trabalho necessário fazer, sendo sua opinião que esta competência deveria ter ficado sob a tutela do município e não da junta de Freguesia. Respondendo à intervenção do Sr. Manuel Saraiva, disse já ter esclarecido algumas das questões colocadas e respondendo também à questão colocada sobre a habitação, disse que essa é uma questão essencial para o futuro da freguesia salientando que já foi feito junto da CML, da Gebalis, do IRHU, relativamente ao número de fogos que estão desabitados e a preocupação da expulsão que está em curso das novas gerações da freguesia de Marvila e também relativamente ao fenómeno que surge na zona mais junto ao rio de desertificação e de bullying imobiliário que ali aconteceu e que tem origem na Lei das Rendas aprovada há quatro ou cinco anos pelo governo de direita que causou o impacto sobre todas essas pessoas. Respondendo à intervenção da Sr.^a D. Luísa Costa Gomes, disse que a sua sugestão de integração de jovens estagiários no projeto da Oficina Domiciliária é muito interessante até porque já existem na Junta de freguesia alguns estagiários na área de assistentes administrativos estando a Junta obviamente muito disponível para protocolar a colaboração nas áreas mais operacionais e mais técnicas referenciando que a freguesia é uma casa acolhedora havendo essa intenção. Respondendo de seguida à intervenção do Sr. António Pereira, salientando já ter respondido a parte das suas participações dizendo que comunga do bom conselho dado pelo eleito relativamente aquilo que devem ser os Grupos Comunitários e a preocupação que estes devem ter no âmbito do espaço público informando que irão ser dadas algumas instruções aos técnicos da Junta que estão ali representados no sentido de melhorar os casos falados em concreto dos bairros do Armador e do Condado. Referindo-se à intervenção do Sr. Pedro Monteiro disse haver dois lapsos na Informação Escrita, esclarecendo que o bairro dos Lóios foi também alvo de lavagem. Outro lapso que referiu é que na quantia dada ao Oriental Recreativo Clube em vez de 6.500 euros se deve ler 3.500 euros. Relativamente ao problema da casa de banho disse que o mesmo já está resolvido e que já está a funcionar embora não esteja resolvido de vez dado ter a ver com a ligação aos esgotos. Referindo a questão de estarem a viver na camionete, disse que o assunto está referenciado e também se tem diligenciado esforços com a polícia para que esta situação não aconteça.-----
--- De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia**, tal como acordado na sessão anterior, avançou os trabalhos para o **ponto 9 - Autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Casa do Concelho de Castro de Aire (deliberação n.º 862/2019 da Junta de Freguesia)** ao **ponto 15 - Aceitação de equipamento médico doado por Mesotónico, Lda. (deliberação n.º 953/2019 da Junta de Freguesia)**, sugerindo, se todos concordarem que o Sr. Presidente da Junta pudesse apresentar todos os pontos referidos em conjunto e, tendo a concordância do plenário, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para fazer a apreciação dos pontos em questão.-----
---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra fez uma explanação referente aos diferentes protocolos de colaboração, contratos programa de desenvolvimento desportivos e doações de diferentes materiais artísticos e equipamento médico.-----
---O **Sr. Manuel Saraiva**, pedindo a palavra, informou que não entraria na votação do ponto 11 por fazer parte dos corpos gerentes da associação referenciada no ponto 11.----

A
SL



---Solicitando também a palavra, a **Sr.^a D. Ana Saraiva** informou o plenário que também ela não entraria na votação do ponto 11 por fazer parte dos corpos gerentes da referida associação do ponto 11.-----

---O **Sr. Acácio Monteiro** pediu a palavra para informar que ele não participará da votação do **ponto 9** dado fazer parte dos corpos dirigentes da associação referenciada no ponto 9.-----

---Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes disse ter apenas duas questões para colocar. A primeira prende-se com o ponto 9 onde questionou quais os objetivos com este protocolo celebrado com a Casa do Conselho de Castro Daire onde se fala de uma cantina social onde questionou se esta associação tem condições para criar um projeto neste âmbito e para que este apoio esteja dentro da legalidade e o outro, referente ao ponto 12 disse querer parabenizar e congratular a Junta de Freguesia por iniciar mais uma modalidade desportiva na freguesia deixando apenas a nota que, na sua opinião, não se deveria centralizar a modalidade apenas numa escola considerando que todas as crianças da freguesia deveriam ter acesso a ela.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada concorda com todos os protocolos e contratos-programa que a Junta de Freguesia faz com todas as instituições e movimento associativo de Marvila congratulando-se por estes apoios não serem realizados apenas em alturas eleitorais como era antes feito. Disse ainda que relativamente ao protocolo com a casa do Conselho de Castro Daire pediu esclarecimentos relativamente às cláusulas 1 e 3 questionando se o apoio é só para apoiar a iniciativa da instituição contida na cláusula 1 ou também para apoiar as restantes atividades. Relativamente à proposta de protocolo da CNAD voltou a questionar se o protocolo serve para apoiar o plano de atividades ou apenas uma situação em concreto. Relativamente à proposta de contrato-programa com a AMBA, referindo-se à cláusula 6, ponto c, onde é expressa a data limite da entrega do documento da execução económica e financeira de 2019 – onde a data limite expressa é setembro de 2019 – questionou se, sendo o contrato programa executado até 31 de dezembro de 2019, como poderá apresentar o documento da execução económica até final de setembro.-----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.^a D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse pensar que os protocolos identificam as atividades a realizar pelas instituições, dizendo ainda que o seu valor é importante para as mesmas. Relativamente à Casa do Conselho de Castro Daire colocou a mesma dúvida colocada já nas anteriores intervenções sobre se o valor apresentado é referente ao plano de atividades ou apenas a um projeto só, pedindo esclarecimentos sobre o referido refeitório social. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, sobre o contrato-programa com a AMBA, e relativamente a esta ter entregado os documentos do relatório de atividades do ano anterior e o plano de atividades do corrente ano, questionou porque as outras associações não entregaram também a mesma documentação.-----



A
Jp

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse responder às dúvidas levantadas pelos membros da Assembleia.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que relativamente aos protocolos sobre os quais houve questões, foi de certeza um *copy-paste* que incorreu nos erros apresentados e pelos quais pediu desculpa em nome do executivo e dos serviços aproveitando para informar que o único refeitório social com que a Junta assinou um protocolo foi com a ACRAS. Voltou a salientar que os referidos apoios são apoios aos planos de atividades das associações. Também em relação à apresentação do relatório em setembro disse que obviamente se trata de um lapso pois nunca poderia ser apresentado esse documento antes do fecho do ano. Relativamente à questão levantada pelo Sr. Luís Castro sobre a atividade de Rugby, respondeu que as atividades desportivas são escolhidas pelos professores e pelos agrupamentos sendo estes a escolher as atividades desportivas a desenvolver pelas crianças segundo as preferências das mesmas. Informou ainda que, relativamente à área desportiva é que tem que ser entregue um relatório que tem a ver com as épocas desportivas. Relativamente à questão de apenas uma associação apresentar documentação – relatório de atividades e plano de atividades – disse que isso terá a ver com um aperfeiçoamento que só agora se está a começar a tentar implementar com a solicitação de documentação que complemente as propostas a apresentar.-----

---Agradecendo a intervenção do Sr. Presidente da Junta, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, lembrou que os três contratos-programa incorrem do mesmo erro e que é necessário corrigi-los.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou o **ponto 9 – Autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Casa do Concelho de de Castro Daire (deliberação nº 862/2019 da Junta de Freguesia)** à votação.-----

---Passada a votação **foi a aprovada por maioria com a abstenção do PMML**, não tendo votado, como já tinha sido informado, o membro da Assembleia Sr. Acácio Monteiro.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação o **ponto 10 – Autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Cooperativa Nacional de Apoio aos Deficientes (deliberação nº 865/2019 da Junta de Freguesia)**.-----

---Passada a votação **a proposta foi aprovada por unanimidade**.-----

---De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o **ponto 11 – Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras (deliberação n.º 929/2019 da Junta de Freguesia)**.-----

---Passada a votação **foi a proposta aprovada por unanimidade**, não tendo votado, como já tinha sido informado, os dois eleitos da bancada do PS, Sr. Manuel Saraiva e Sr.ª D. Isabel Saraiva.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação o **ponto 12 – Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Centro Desportivo Universitário de Lisboa (deliberação n.º 931/2019 da Junta de Freguesia)**.-----



---Passada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com a abstenção do PMMI.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação do ponto 13 - Autorização de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Ferroviário de Portugal (deliberação n.º 932/2019 da Junta de Freguesia).-----

---Passada a votação, foi a proposta aprovada por maioria com a abstenção do PMMI.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia colocou de seguida `votação do ponto 14 - Aceitação de 25 quadros doados pelo artista Rui Francisco Lima de Matos (deliberação n.º 952/2019 da Junta de Freguesia).-----

---Passada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto 15 - Aceitação de equipamento médico doado por Mesotónico, Lda. (deliberação n.º 953/2019 da Junta de Freguesia).-----

--- Passada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu seguimento à Ordem de Trabalhos e, tal como acordado pelo plenário, passou ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais** dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, no uso da palavra, fez a apresentação do ponto em discussão dando uma pequena explanação do mesmo.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao eleito do PCP, Sr. António Pereira que, no uso da palavra questionou se o estudo apresentado espelha o património da Freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia, agradecendo a intervenção anterior, passou a palavra ao eleito do PMMI, Sr. António Alves que, no uso da palavra, saudando os presentes, questionou se no mapa apresentado, e relativamente à reserva, os seus valores correspondem aos valores da Revisora Oficial de Contas.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia, não havendo mais intervenções, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, no uso da palavra, respondeu às questões que esta é a versão final do património existente. Respondeu também ao Sr. António Alves, dizendo que neste documento não foram apresentados os bens pertencentes à CML, nomeadamente bens com identificação da CML. Disse ainda que o anterior Executivo afirmou, e bem, que não poderia avaliar os anteriores bens e que estes deveriam ser avaliados a zero uma vez não ser possível nos diversos espaços identifica-los.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Alves (PMMI) que, no uso da palavra, disse que foi realmente isso que aconteceu e quando foram transitadas as obrigações pela Lei 56 da reorganização administrativa, foi pedido várias vezes aos serviços da CML e esses dados nunca chegaram. Disse que, talvez desta vez, a ROC entenda que é impossível, por parte da Junta, estabelecer um valor quando não se tem um valor de partida.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia, depois da apreciação do relatório, colocou à votação o Inventário apresentado pela Junta de Freguesia.-----

---Passada a votação foi o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais aprovado por unanimidade.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou de seguida à apreciação do plenário o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **Apreciação e votação dos documentos de prestação de**



contas: Relatório de atividades; Relatório de gestão e Conta de Gerência passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, fez uma pequena apresentação em *Power Point* sobre o tema em discussão.-----

---Feita a apresentação, o **Sr. Presidente da Assembleia** abriu a discussão do mesmo passando a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra disse ter reparado que o mapa apresentado não coincide com a página 5 do relatório de execução apontando o erro apresentado. Disse ainda ter notado que nas transferências correntes Há um desvio positivo mas, relativamente às despesas de capital existe um desvio negativo, de cerca de menos 74.500 euros e não um valor positivo como o Sr. Presidente da Junta informou. Relativamente às receitas e despesas fez uma pequena análise e disse ter verificado que a execução da despesa em 2018 foi de 55%. Disse verificar que existem algumas reconciliações que não estão a ser bem-feitas. Fez algumas análises mais aprofundadas do orçamento dizendo que a despesa de capital, a seu ver, é muito baixa.---

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que havia nas receitas uma previsão de receber 7 milhões e 119 mil euros, tendo sido arrecadado apenas cerca de 5 milhões e 400 mil euros, mais ou menos 77%. Na sua perspetiva, disse que ou foi feita uma mé previsão ou então não entende a razão para ficar tanta verba por receber. Relativamente às despesas correntes, onde era previsto 88% e nas despesas de capital 12%, verificou que na verdade, as despesas correntes aumentaram para 98% e as despesas de capital desceram para 6%, pedindo esclarecimentos relativos ao porquê desta situação. Questionou também o porquê de o relatório de gestão do orçamento da despesa apresentar um valor inferior ao verificado em 2017. Disse que o grau de execução apresentado – 66.98% - não pode ser considerado mau mas na sua opinião também não pode ser considerado bom, fazendo de seguida uma explanação do grau de execução pelouro a pelouro e comparando com os outros valores. Disse ter chegado à conclusão que a freguesia poderia estar b4em melhor e que os fregueses poderiam ter uma melhor qualidade de vida se os valores tivessem andado mais próximos do grau de execução de 100%, dando alguns exemplos para ilustrar a sua afirmação. Disse não poder deixar de constatar o crescimento do saldo de gerência existente parecendo-lhe que os problemas não existem na freguesia o que não é verdade salientando que, o que pode existir, é uma forma diferente de ver as coisas. Relativamente ao relatório do ROC, questionou se os problemas apontados no mesmo já foram ultrapassados ou continuam à espera de resolução.-----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PDS)** que, no uso da palavra, questionou o porquê de taxas de execução tão baixas para as necessidades dos fregueses e da freguesia, fazendo uma leitura das taxas de execução apresentadas pelouro a pelouro e perguntando porque não foi atingido um maior valor tendo em conta as reclamações da população e as suas necessidades efetivas. Perguntou também quantos funcionários tinha a Junta de Freguesia em 2018 relativamente aos pelouros dos Espaços Verdes e Higiene Urbana. Disse também ter curiosidade de visitar a **Universidade Sénior da freguesia e poder ver o seu funcionamento**. Disse ainda ser da sua opinião, estar na hora de pensar em criar outro agrupamento escolar na freguesia pois para si não faz sentido haver escolas na freguesia que fazem parte de agrupamentos de outras freguesias. Relativamente às carreiras de bairro, voltou a alertar para a



necessidade de rever os seus percursos para que possam ser mais bem aproveitados do que estão a ser neste momento. Chamou também para a atenção de que, uma instituição como a Junta de Freguesia, que sabe que até ao final do mês de abril terá que apresentar contas e a auditora escrever no seu relatório que não teve acesso aos extratos bancários, dá que pensar e na sua opinião, algo não está bem. Chamou ainda a atenção mais uma vez que há instituições sediadas em Marvila que utilizam o nome de outras freguesias na sua nomenclatura e que isso não deveria ser permitido.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse que se em 2017 o saldo de gerência foi já considerado elevado e ainda deu para agora fazer uma reserva de 2 milhões de euros contando-se com um saldo de gestão positivo para 2018. Questionou então, dado o grau de execução ser tão baixo em alguns pelouros, porque não utilizar algum dinheiro desses 2 milhões para poder suprir as necessidades para a Educação, para a Habitação e outros com taxas de execução tão baixos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, salientou os pelouros que tiveram uma execução média, e também o pelouro da Cultura que foi acima dos 100% e o do Desporto acima dos 80%. Apontou também os pelouros com execução inferior à média, salientando os que tiveram 0% de execução entre eles a Juventude, a Segurança e Mobilidade e o Orçamento Participativo. Relativamente à situação dos ajustes diretos, levantado no relatório do ROC, onde é dito que não houve consulta, questionou se este procedimento vai ser alterado para o ano de 2019.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, pediu informação sobre as taxas de execução salientando que estas podem ser o espelho desta execução mas não são de certeza não espelham todo o trabalho realizado.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este respondesse às questões colocadas pelos eleitos.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que a Junta de Freguesia teve apenas uma chamada de atenção da Revisora Oficial de Contas, numa revisão que é não aplicável diretamente à Junta mas que tem a ver com os ajustes diretos da contratação de serviços. Disse que durante o ano de 2018, a Junta de Freguesia cumpriu estrita e rigorosamente tudo o que está explícito no âmbito da contratação pública, não havendo dúvida alguma de como a Junta fez os seus contratos salientando que, os senhores membros da Assembleia com o seu poder de fiscalização, querendo, podem ter acesso a todos os contratos sendo para isso apenas necessário falar com o serviço de contratação pública da Junta de Freguesia, frisando estar completamente à vontade frisando que as regras são perfeitamente claras, descritas e cumpridas dizendo ainda que os serviços informam o Executivo e este cumpre criteriosamente aquilo que os serviços, em termos jurídicos e de contabilidade, o informam, não havendo quaisquer alterações ou constrangimentos à Lei. Informou que o que a ROC veio dizer e que sabe pelo ~~desempenho de outros municípios e de outras freguesias e outras autarquias locais e~~ conhecimentos antigos, os procedimentos não eram com a contratação de um determinado membro para prestador de serviços numa Junta de Freguesia acrescentando que a Junta de Freguesia de Marvila tem cumprido todas as regras. Respondendo ao eleito António Alves, disse agradecer todos os alertas que fez sobre o

cuidado a ter com as contas, com os apoios, etc., respondendo que as contas estão equilibradas e que considera que isso é decisivo para uma Junta de Freguesia. Disse ainda que uma prova de contas equilibradas é que o saldo cresceu dando nota das negociações do Executivo com a CML salientando que a Junta de Freguesia poupou dinheiro dos protocolos, não havendo mais despesas a apresentar. Informou que, tendo em conta esta situação, este Executivo foi alocar um conjunto de obras que o executivo do mandato anterior, nos seus últimos meses do seu mandato, começou a fazer ajustes e todas as intervenções que foram aparecendo por aí e para as quais nem sequer a Junta tinha competência, dando como exemplo o talude da rua Pedro de Azevedo. Disse então que o que o seu Executivo fez foi um acordo com a CML para poder receber os 331000 euros inicialmente e, ainda este ano, o adicional dos 84000 euros. Salientou que a Junta foi buscar todo o dinheiro, alocando esse conjunto de intervenções que andaram aí a ser feitas nos últimos meses do anterior mandato para as quais a Junta de Freguesia não tinha competência dizendo que com isso a Junta arriscou-se a perder 400000 euros. Relativamente ao dinheiro que está no banco, disse que o Executivo tem que ter dinheiro no banco para poder negociar, sendo necessário haver reservas. Disse ainda que o Executivo se orgulha daquilo que tem sido feito, salientando que têm sido feitos apoios às instituições e, embora não seja refletido nos documentos, o apoio à Juventude não é de 0% pois há várias instituições que receberam apoios da Junta que fazem política de juventude, nomeando de seguida algumas para exemplificação. Afirmou que a política do seu Executivo é apoiar as pessoas e ter parceiros da sua freguesia para realizar essa política. Afirmou que, mesmo tendo subido as despesas, as contas estão corretas e são apresentadas com dignidade salientando ainda que é óbvio que não está contente e que muito mais poderá ser feito dando como exemplo o espaço público. Disse ter a noção de ser necessário investir mais nos recursos humanos e isso custará á Junta mas é um investimento de cerca de 300000 euros. Disse que na habitação o investimento é pouco porque a junta deixou de fazer *outsourcing* e o trabalho passou a ser feito pelos funcionários da Junta o que acarreta uma diminuição nos custos. Disse que é sua ambição alcançar todos os pedidos mas isso nem sempre é possível nem é da nossa competência. Disse que as contas estão dentro da lei, faz-se o combate à precaridade e o investimento no futuro está efetivamente assegurado.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Alves (PMMI) que, em defesa da sua honra, fez a seguinte intervenção:-----

---«Pensei que o saldo de gerência, quando o anterior Executivo saiu, estava resolvido, até porque foi enviado um *e-mail* com um relatório a comunicar isso mesmo. Pensei que isso mesmo já estaria completamente clarificado na cabeça do Sr. Presidente. É que só em depósitos a prazo é esse valor, fora o saldo dos depósitos à ordem. Sr. Presidente, eu não levantei nenhuma situação que não esteja escrita e posso-lhe dizer que diz assim na folha 37 do relatório do ROC: “No que respeita à escolha dos procedimentos e entidades a convidar, particularmente o preconizado no artigo 113º do CCP, não obstante de serem efetuados controlos por parte dos serviços da Junta, sugerimos a implementação de um controlo mais efetivo, uma vez que o referido artigo limita as entidades a contratar e dado que a Junta apresenta um volume considerável de contratos realizados por ano, consideramos ser fundamental o seu cumprimento rigoroso.”

Estou a ler aquilo que dizia a ROC na página 37. Não é aqui uma situação que eu levantei mas sim uma análise ao documento que me chegou às mãos. Muito obrigado.»-----

A
B



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse que gostaria que o Sr. Presidente da Junta respondesse às perguntas mais concretas que colocou, especificamente à questão do número de funcionários da Junta de Freguesia, dando nota que partilha com o Presidente da Junta algumas das questões ditas na sua intervenção mas que, como é obvio, também discorda em muita coisa do que foi dito, salientando que o Executivo foi eleito para governar e que os membros da assembleia estão aqui para dar o seu contributo considerando que a sua bancada o tem feito da melhor forma possível.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse pensar que houve perguntas que não foram respondidas. Disse que há um saldo de gerência de 3,8 milhões de euros numa freguesia com tantas carências considerando que isso não se entende. Frisou que sempre esteve de acordo com o apoio ao movimento associativo, mas questionou quais são as associações a quem a quem é dado o apoio para tratar das casas degradadas, questionando se há alguma associação com esse sentido. Em relação às crianças e à juventude, questionou se não há formas de ajudar, dando como exemplo a compra de acesso digital para as escolas. Voltou a frisar que, ter tanto dinheiro no banco e ter tantas carências na freguesia não é bom. Disse ter estado sempre de acordo com os apoios sociais dados e congratula-se com o aumento dos mesmos, embora considere que ainda são poucos em relação às necessidades da população. Questionou o porquê do dinheiro para a habitação e para a juventude e crianças não foi gasto e o que tem isso a ver com o dinheiro dado às associações, dizendo que é necessário clarificar o que está pouco claro.-

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, em relação à explicação dada pelo Sr. Presidente da Junta, disse ter ouvido com a maior atenção e afirmando que, por parte da sua bancada, nunca foi posta em causa a gestão cuidadosa e criteriosa, muito pelo contrário, mas sim que a Junta de Freguesia não é um banco, não tendo como fim arrecadar dinheiro nem é uma empresa para dar lucro. Disse que o fim de uma Junta de Freguesia é prestar serviço à população, da forma mais barata possível, rentabilizando da melhor forma os dinheiros que tem, mas sempre prestar serviço à população. Disse considerar ainda que, o saldo de gerência de cerca de quatro milhões é um saldo exagerado para uma freguesia com tantos problemas. Relativamente ao grau de execução no que se refere à juventude, salientou que não foi a Assembleia que escreveu que o grau de execução referido é de 0%, mas sim a Junta de Freguesia, questionando o Presidente da Junta de como é que quer que isso seja interpretado.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da Palavra, iniciando por responder ao Sr. António Alves, dizendo que o que o ROC sugere e não que a Junta não faz, esclarecendo que A opinião dos serviços jurídicos é que se continue a fazê-lo e cada vez com mais rigor. Respondendo às questões, disse que o número de funcionários são 44 na higiene urbana, 7 nos espaços verdes, e 21 nos jardins-de-infância. Disse que a freguesia de Marvila é quase um concelho, que tem uma flutuação que não é normal ter em termos de funcionários por motivos deles próprios. Informou que foi feita a integração dos precários e que neste momento os precários sujeitos à integração, alguns, já não estão na freguesia por vontade própria, tanto nas áreas de assistente operacional como nas áreas de técnico superior, tendo que se fazer correntemente a reposição dos ativos. Disse que somos uma freguesia em crescimento



dp

com mais responsabilidades, dando como exemplo da EB Prof. Agostinho da Silva que teve necessidade de assistentes operacionais para o seu jardim-de-infância e também o aumento da população, havendo a possibilidade da abertura de mais salas de jardim-de-infância. Salientou ainda que, com o crescimento do território existem maior necessidade de trabalhadores na área da higiene urbana. Sobre as carreiras de bairro, disse que a CML disse que o número de utentes nas mesmas é de cerca 400 utentes por dia. Disse que relativamente ao Marvila Transporta, disse que deverá ser feita uma revisão do mesmo para conseguir dar resposta aos bairros que não são servidos de transportes coletivos. Disse ser incompreensível que as escolas Manuel Teixeira Gomes e do Condado não estejam inseridas no Agrupamento de Escolas D. Dinis só porque outros agrupamentos fora da freguesia têm necessidade de cumprir os rácios. Respondendo à Sr.^a D. Isabel Ventura, disse que é óbvio que não existem associações para fazer obras nas habitações, dizendo que as políticas do estado devem ser patrocinadas pelo próprio estado e que não é a Junta que faz nem deve fazer as obras e a gestão do património do IHRU, nem dos bairros da Gebalis e nem mesmo das habitações de senhorio. Disse que os senhores membros da Assembleia estão convidados a visitar a Universidade Sénior que tem cerca de 200 alunos, 16 disciplinas e que é um projeto que tem tido muito sucesso. Referindo-se ao Orçamento Participativo, disse que ao contrário destes números de hoje, para os anos esta rubrica deverá ultrapassar os 100% uma vez que se estará a executar dois Orçamentos Participativos. Disse que a Junta apoiou projetos de estudos através de associações, bem como projetos de férias salientando que o dinheiro investido nessas associações foi bem empregue.-----

---Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o **ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas: Relatório de atividades; Relatório de gestão e Conta de Gerência.**-----

---Passada a votação foram aprovados por maioria com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, as abstenções do BE e do PMMI e os votos contra do PCP.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou ao **ponto 4 - Autorização de celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa (deliberação n.º 941/2019 da Junta de Freguesia)** passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do mesmo.-----

---O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, explicou os termos do contrato e que visa na área da limpeza e da higiene urbana a afetação até final do mandato autárquico através de um contrato interadministrativo no valor de 120 mil euros para a limpeza de espaços e de vias públicas da freguesia de Marvila. Disse que isto visa também a contratação de mais funcionários para a área da higiene e limpeza urbanas e também, no futuro, as viaturas e equipamentos necessários para um melhor trabalho e melhor desempenho por parte do referido setor de serviços da Junta de Freguesia de Marvila.----

---O Sr. Presidente da Assembleia propôs que o Sr. Presidente da Junta apresentasse também de seguida o **ponto 5 - Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da recolha de resíduos urbanos (deliberação n.º 942/2019 da Junta de Freguesia), o ponto 6 - Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de vários programas municipais (deliberação n.º 943/2019 da Junta de Freguesia) e o ponto 7 - Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da manutenção**

de áreas verdes e expectantes da Freguesia (deliberação n.º 973/2019 da Junta de Freguesia) fazendo a apresentação e a discussão conjunta dos mesmos sendo apenas a votação feita para cada um deles, tornando mais célere os trabalhos. -----

---Assim, o Sr. Presidente da Junta, disse que o **contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da recolha de resíduos urbanos**, no valor de 100 mil euros, visa a melhoria da recolha de resíduos sólidos que são depositados junto das eco ilhas e ecopontos, tendo os mesmos fins que o anterior, sendo esses meios também aplicados no equipamento e viaturas necessários para um melhor desempenho das funções solicitadas. Relativamente ao **contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da manutenção de áreas verdes e expectantes da Freguesia**, disse tratar-se apenas de um encontro de contas entre a Junta de Freguesia e a CML consubstanciado em trocas de espaços, existindo espaços anteriormente afetos à Junta de Freguesia e que se entende que esses espaços devem ser mantidos e conservados pela CML e outros que devem ser mantidos por parte da Junta de Freguesia. Disse que desse encontro de verbas a Junta de Freguesia receberá cerca de 10000 euros para esse fim. Relativamente ao **contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de vários programas municipais**, disse que este visa intervenções já identificadas conforme anexo entregue, intervenções que irão ser feitas nos parques infantis, nos campos de jogos e na melhoria de algumas acessibilidades pedonais, estando estas completamente descritas e uma segunda parte onde existe uma abertura por parte da CML para uma melhoria com o surgimento de um conjunto de equipamentos, visando a requalificação de algumas praças da freguesia e dos bairros a partir da instalação de alguns equipamentos. Disse que uma parte da verba que não está descrita é cerca de um milhão e meio, outra parte que tem a ver com o correr do procedimento que se estima em cerca de 250000 euros havendo por último uma parte que não é no momento possível identificar de cerca de 500000 euros que dá a hipótese à Junta de Freguesia de, em casos concretos, fazer a melhoria de determinadas zonas da freguesia, dando alguns exemplos de melhorias que poderão ser feitas. Disse que o valor total deste contrato anda à volta de dois milhões e meio de euros.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Pereira (PCP) que, no uso da palavra, disse que a sua bancada irá votar a favor todas as propostas apresentadas mas gostaria de alguns esclarecimentos sobre elas. Assim, questionou relativamente à proposta n.º 941 qual o conteúdo do relatório municipal que irá servir de base de avaliação do trabalho desempenhado, assim como o conteúdo do relatório técnico operacional. Disse que, acredita que se a Junta de freguesia subscreveu o contrato apresentado é porque certamente será bom para a freguesia e faz votos que assim se concretize. Relativamente à proposta n.º 973, disse pensar que, para se consolidar os quatro espaços apresentados no protocolo considera a verba apresentada pouco para o necessário a realizar, mas se a Junta de Freguesia entendeu aceitar o protocolo é, a seu ver porque entende que assim o conseguirá. Relativamente à proposta n.º 943, considera que irá dar um contributo para que a Junta de Freguesia possa dar outro tipo de resposta para melhorar a qualidade de vida nos bairros da freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Sr. Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, disse que tudo o que vem a mais é sempre positivo e que obviamente todas as delegações por parte da CML são sempre interessantes para a



A
DP

freguesia. Relativamente à deliberação nº 941, que prevê a disponibilização de uma verba de 120000 euros, considera ser um valor irrisório para resolver um problema tão grave em Marvila. Relativamente à deliberação nº 943, disse estar completamente a favor pois o que vem é sempre positivo mas salientou ser importante executar os valores apresentados e não os deixar depositado num banco a gerar juros, considerando que os valores são bons mas acredita que são ainda insuficientes para consertar e melhorar todo o espaço público da freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que, na sua opinião, quantos mais recursos financeiros vierem melhor e mais benéfico para a freguesia. Chamou a atenção para a repetição de um quadro apresentado com os documentos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse querer apenas lançar um alerta porque esta delegação de competências envolve um envelope financeiro de mais de dois milhões de euros que representa cerca de 50% do orçamento operacional da Junta de Freguesia. Questionou quais as medidas operacionais administrativas e de controlo interno que a Junta de Freguesia pensa implementar uma vez que o acréscimo das atividades operacionais e o seu financiamento acarreta riscos de gestão da Junta. Questionou também quais os princípios para a determinação das verbas a serem transferidas pela CML para a Junta de Freguesia e se são sustentáveis a médio e a longo prazo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse julgar que é um passo importante para a Junta de Freguesia e que estes protocolos irão melhorar a articulação entre a CML, a Junta e a população e, sendo uma mais-valia para a população, é muito bom que assim aconteça. Disse julgar que os anexos apresentados com as propostas serão instrumentos de gestão para a articulação e realização destes protocolos esperando que o controle da Junta faça o resto.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, questionou se relativamente ao conjunto de equipamentos sujeitos a intervenção se muitos deles já são da competência da Junta de Freguesia. Confirmando isso, disse que, na sua opinião, isso mostra que a passagem das anteriores competências para as Juntas foram feitas "em cima do joelho" e sem as condições devidas para as executar. De qualquer modo congratula-se que a CML esteja disposta a ajudar na resolução de alguns problemas. Disse ser para si uma preocupação de não ver espelhado nos referidos protocolos a questão do posto de limpeza resolvida, ou seja, quando da construção do hospital, para onde passará o posto de limpeza de Marvila esperando que a deslocação dos trabalhadores seja feita com as condições desejadas e necessárias para os mesmos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões dos eleitos.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra e respondendo às questões do Sr. Nuno Almeida, disse que esta transferência da CML para a Junta de Freguesia não é algo feito em cima do joelho, uma vez que estas despesas não são para tapar nenhum buraco de gestão mal realizada. Relativamente ao posto de limpeza do Condado, disse que, fruto do novo hospital terá que mudar de instalações e a mudança de instalações irá importar que, ou a CML faz todo o processo da empreitada do novo posto de limpeza do Condado

AP
B



ou fará um protocolo com a Junta de Freguesia que, por sua vez, terá que trazer esse protocolo à Assembleia para aprovação. Disse que a Freguesia de Marvila deve ter um posto de limpeza novo com melhores condições e mais adequadas a um melhor desempenho dos trabalhadores e que essas condições serão acordadas com os trabalhadores e com as organizações sindicais que os representam e também num diálogo aberto e franco com os senhores membros da assembleia de Freguesia para que não possa haver qualquer duvida que a escolha assentou na defesa daqueles trabalhadores. Respondendo às questões levantadas pelo Sr. António Alves, disse que o quadro em anexo está realmente repetido salientando que foi assim que este foi enviado para os serviços. Relativamente à gestão dos contratos, disse ter já em curso uma equipa na área da contratação pública, da contabilidade, dos serviços jurídicos e fundamentalmente com aconselhamento para externalizar alguns serviços que terão que ser feitos porque estas verbas são atribuídas com este carater extraordinário tendo que se procurar agora meios para fazer fim a essas características extraordinárias de acompanhamento em áreas específicas de apoio aos serviços. Disse que não haverá problemas com a monitorização dizendo que será cumprido tudo o que está nos anexos 1 e 2. Disse ainda que, além de se fazer os relatórios de monitorização para a CML, considera que também se deve fazer as comunicações à Assembleia de Freguesia do que estará a ser realizado no que refere aos protocolos em questão. Respondendo ao Sr. António Pereira disse que, relativamente aos cerca de 9000 euros, acredita que a verba chegue uma vez que se aposta que os trabalhos sejam realizados pelos serviços da Junta.-

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta de **Autorização de celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa (deliberação n.º 941/2019 da Junta de Freguesia).**-----

---Passada a votação, **foi a** proposta de **celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa aprovado por unanimidade.**-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação a proposta de **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da recolha de resíduos urbanos (deliberação n.º 942/2019 da Junta de Freguesia).**-----

---Passada a votação, **foi a** proposta de **celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da recolha de resíduos urbanos aprovada por unanimidade.**-----

--- **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação a proposta de **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de vários programas municipais (deliberação n.º 943/2019 da Junta de Freguesia).**-----

---Passada a votação, **foi a** proposta de **celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de vários programas municipais aprovada por unanimidade.**-----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta de **Autorização de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da manutenção de áreas verdes e expectantes da Freguesia (deliberação n.º 973/2019 da Junta de Freguesia).**-----



---Passada a votação foi a proposta de celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito da manutenção de áreas verdes e expectantes da Freguesia aprovada por unanimidade.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto 8 da Ordem de Trabalhos - Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento da Freguesia para 2019 (deliberação n.º 993/2019 da Junta de Freguesia) passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do mesmo.-----

O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, fez uma pequena apresentação em *power-point* dizendo que a primeira revisão orçamental tem o objetivo de inserir o saldo de gerência no orçamento, não inscrevendo, tal como já tinha especificado, os dois milhões de euros, havendo uma reserva de um milhão e oitocentos mil passando para dois milhões de reserva. Disse ainda que um segundo objetivo é inserir todas as delegações de competências que se acabou de aprovar. Continuando a sua apresentação enumerou os pelouros, salientando os valores apresentados no documento apresentado.-----

---Feita a apresentação, o Sr. Presidente da Assembleia passou à discussão do documento apresentado, passando a palavra aos senhores membros da Assembleia que, no uso da palavra, foram colocando as suas dúvidas, esclarecimentos e questões relativas à apresentação realizada.-----

---Realizadas as intervenções dos eleitos, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas pelos eleitos e efetuando os esclarecimentos às dúvidas apresentadas.-----

---Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de **Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento da Freguesia para 2019.**-----

---Passada a votação, foi a proposta da 1.ª Revisão do Orçamento da Freguesia para 2019 aprovada por maioria com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE, e as abstenções do PCP e PMML.-----

---Sr. Presidente da Assembleia, passou então a palavra à 2ª Secretária da Mesa para proceder à leitura da **ata minuta** da presente reunião, que após submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, eram **24h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária

